

# O REPUBLICANO



**v. 1, n. 1, jan./abr. 2019**



EDITORA  
ILUSTRAÇÃO

## Expediente

**Editor:** Fábio César Junges

**Imagens da capa:** Freepik

**Revisão:** Os autores

O Republicano, v. 1, n. 1, jan./abr. 2019

ISSN: 2675-939X

Rua Coronel Martins 194, Bairro São Miguel,

Cruz Alta, CEP 98025-057

E-mail: [ilustracao@gmail.com](mailto:ilustracao@gmail.com)

[www.editorailustracao.com.br](http://www.editorailustracao.com.br)

2019



O Republicano está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

# Editorial

*Uma constituição verdadeiramente livre, em que todas as classes da sociedade gozem dos mesmos direitos, não pode subsistir à ignorância de uma parte dos cidadãos, que não lhes permite conhecer sua natureza e seus limites, obrigando-os a pronunciar sobre o que não conhecem, de escolher quando não podem julgar; tal constituição se destruiria por si mesma depois de algumas tempestades, e se degeneraria numa dessas formas de governo que não podem conservar a paz no meio de um povo ignorante e corrompido (Condorcet).*

O Republicano, desde esta primeira edição, dedica-se a assuntos literários, políticos e jurídicos representativos do repertório retórico e argumentativo cultivado pelas tradições republicana e democrática. Apresenta textos que discutem conceitos e práticas relacionadas à organização político-institucional da sociedade, à forma de governo, à cidadania e ao modo de exercício do poder público, em sua configuração histórica e significados distintos, ao modo de um diálogo entre interpretações.

Discute-se, ao lado disso, a relevância social da recordação, entre outras razões para que por meio da memória as sociedades possam ser responsabilizadas diante das gerações que não cessam de chegar ao mundo. A pertinência atual dos institutos da igualdade e da educação republicana, em face de circunstâncias exigentes de novas e complexas tarefas, pode ser descrita em diferentes termos, mas o essencial é que ins-

trua os cidadãos a conhecer as leis e os conceitos para, então, eventualmente, revisá-los; que assegure a laicidade nos espaços públicos; e que propicie ao estudante a experiência de pensar por si mesmo ao aprender com os outros.

Propõe-se fomentar a contínua formação de uma cultura de pesquisa e participação política no meio acadêmico e comunidade externa. A linguagem é o *medium* universal em que se realiza a própria compreensão humana. Ou seja, a linguagem é a forma de realização da compreensão e da interpretação. Ao estranhar e familiarizar as mais plurais interpretações, a compreensão humana se abre à negociação de um mundo comum cujos conjuntos não equivalem, por assim dizer, ao resultado total de um encadeamento de causas e efeitos somados para determinar uma distinta condição social e cultural.

O Republicano abre espaço para teses de autores clássicos e contemporâneos, reconhecendo em seus argumentos categorias relevantes para interpretar os fatos sociais e examinar proposições que balizam a cidadania e os direitos humanos no Brasil, buscando, com isso, estimular o desenvolvimento de uma descrição crítica em relação às diversas situações diárias, à estrutura social e à conjuntura político-jurídica de nosso entorno.

Admitir a razoabilidade das apostas republicanas e democráticas implica reconhecer que nos espaços entrecruzados da cidadania e da educação o exercício da cidadania é necessário a fim de viabilizar que, entre os indivíduos que

ali se interpelam publicamente, se familiarize o dever moral de empreender medidas destinadas ao gozo da igualdade, da liberdade e da humanidade, seja para o bem-estar ou felicidade das atuais sociedades, seja em benefício das sociedades que nos sucederão e da sustentabilidade dos meios necessários à sua digna convivência.

As pesquisas de professores e estudantes aqui anunciadas tem por objetivo refletir sobre tais conceitos e práticas, além de abrir espaço para divulgar produtos, empresas, ideias e projetos. Uma boa leitura a quem nos prestigia com seu tempo.

# HISTÓRIA

A primeira edição do Republicano re-produz carta escrita por Caldas Brito para o jornal O país, publicada, também, na edição nº 36 do *Orgam* do partido republicano, de Cruz Alta, em 4 de março de 1897. O *Orgam* concedeu espaço à opinião de caráter belicista do autor em relação ao líder Antonio Conselheiro e ao conflito deflagrado no sertão nordestino (Guerra de Canudos) na primeira década da proclamação da República no Brasil.

“As linhas que se vão ler tem a vantagem de vir do punho de um baiano, nascido no sertão agora conflagrado pelo fanatismo de uns e pelas explorações de outros.

Quem, portanto, nos as dirigiu, conhece de perto o homem em torno de quem estão se movendo as atenções públicas:

Eis a carta: Piabanha, 2 de fevereiro de 1897.

- Srs. Redatores de O País.

- Tenho lido com indignação os atos de vandalismo praticados, ultimamente, pelo Antonio Conselheiro e seus fanáticos nos sertões do futuroso e rico Estado da Bahia.

Conhecedor, de perto, do Conselheiro e das regiões onde as forças do governo têm travado verdadeiros combates com a horda de bandidos que assalta as propriedades, venho

dar-lhes algumas informações, que bem podem servir de aviso aqueles que dirigem os destinos da República.

Bem sei que o Exmo. Sr. vice-presidente da República tem se esforçado para levar a paz ao seu e meu Estado; mas não acredito nela, de pronto. O governo, se não for sagaz e enérgico, verá estender-se por muito tempo a luta entre irmãos, nas paragens sertanejas da Bahia. Passa-se ali, em meu entender, o que sucedeu no Rio Grande do Sul.

A minha asseveração baseia-se na proteção valiosa que encontram aquele bandido e seus fanáticos por parte de muitos abastados fazendeiros daquelas paragens.

O santo Conselheiro é natural do Crato, no Ceará. Tem perto de 50 anos. Estatura mediana, alvo, muito pálido, anêmico, vasta cabeleira “encarolada” que lhe desce aos ombros, barba crescida, olhos pequenos e muito vivos, e de uma magreza extrema. Usa uma batina de pano azul, muito estragada, solidéu, sandálias e traz sempre na mão uma varinha.

Dir-se-ia um tipo de Moisés. Pouco asseio no corpo e na roupa. De um gênio exaltado, é, no entanto, de uma mansidão admirável para os que aceitam os seus conselhos.

Procurei saber a razão que levou o Antonio Conselheiro a dedicar-se aquela vida; mas nunca pude descobri-la.

Contam que ele cometera crime hediondo no Ceará, crime que ficou envolto no mistério. Na minha opinião, é um fanático.

Há 10 anos, residia eu com minha família no lugar denominado Tanquinho, 4 léguas distante da vila de Inhambype, na Bahia. Ali é ele tido como um verdadeiro santo, um milagroso. Uma vez ouvi falar que o Antonio Conselheiro deveria pregar os seus conselhos em casa de um modesto fazendeiro, que morava distante de minha casa 2 léguas, aproximadamente. Meus pais eram considerados pela gente do lugar como maçons, excomungados.

Receando que a minha família fosse alguma vez desrespeitada pelos fanáticos, consultei minha velha mãe se devíamos cumprimentar o Conselheiro, procurando deste modo afastar do povo a ideia de que éramos protestantes.

E minha velha mãe, fervorosa católica, consentiu que eu fosse de perto estudar o Conselheiro e ver se realmente era ele um apóstolo do bem.

Fui. Seriam 5 horas da tarde, mais ou menos, de um dos dias de agosto, quando procurei o Antonio Conselheiro para cumprimentá-lo. Achava-se ele num quarto onde ligeira claridade entrava pela fresta de uma pequena janela.

Quando me aproximei para entrar, fui detido por um sertanejo que me segurou pelo braço dizendo: “espere, deixe primeiro anun-

ciar-lhe. O senhor de onde vem e o que quer com o nosso Conselheiro?”. Esperei que fosse anunciado.

De parte presenciei algumas pessoas bem trajadas beijarem-lhe a mão e ajoelharem-se. Ele as abençoava. Chegou a minha vez. Entrei no quarto e fiz o mesmo que os outros: O Conselheiro mandou me sentar, o que fiz em cima de um estrado. Perguntou-me, numa voz enfraquecida, o que desejava. Respondi-lhe que ia de parte de meus pais cumprimentá-lo e ouvir os seus conselhos.

Quando procurava entreter uma ligeira conversa, ele levantou-se e seguiu em direção a tribuna, espécie de púlpito, armado na varanda da asa, de modo que a multidão, no terreiro, podia vê-lo e ouvi-lo.

Achei curioso aquilo. E me demorei a ouvir a palavra do milagroso Conselheiro.

Seguiu à risca o mesmo ritual dos pregadores sacros. Persignou-se; e as suas primeiras palavras foram um latinório truncado, verdadeiras silabadas na língua de Horácio.

O tema do seu conselho versou sobre a família. Falou uma hora, mais ou menos. Quando terminou, ajoelhou-se diante de um altar e rezou-se a ladainha.

Saí ao terminar; e saí convicto de que o Conselheiro era um fanático.

Inteligência superior e conhecedor da leitura da Bahia, me pareceu que o Conselheiro havia em moço estudado o latim e o português.

Há anos foi perseguido pelo governo da então Província da Bahia. Foi capturado e remetido para o Ceará. Não tardou, porém, a voltar para as paragens sertanejas, onde conta com dedicações capazes de sacrificarem a própria vida para defendê-lo.

Devo dizer-lhes Senhores redatores, que muitos sacerdotes dos sertões dos Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia são em grande parte os culpados das lutas que tristemente se desenrolam em Canudos e outros lugares.

Os próprios vigários dão entrada ao Conselheiro em suas freguesias. Muitas freguesias conheço que tem bonitos cemitérios construídos a expensas do Conselheiro.

A princípio disse-lhes que as minhas informações bem podiam servir de aviso ao governo. E de fato.

Atualmente, o sertão da Bahia está conflagrado. Com estes conflitos os adeptos do regime passado aproveitam-se do fanatismo do povo, tendo à frente o seu ídolo – Antonio Conselheiro, para perturbarem a ordem do país e levarem avante seus intentos.

Não se iluda o governo.

Na própria capital da Bahia dirige-se o movimento no sertão. À frente daquele Estado está um sertanejo enérgico e hábil político; à frente da administração do país está um baiano, e uma das mais sólidas ilustrações do Brasil.

Que ambos procurem não dar tréguas aos inimigos que estão por trás dos bastidores.

Não acredito na pacificação já, como julgam muitos, pois muitos são os meios que dispõem os inimigos da República. Sou, etc. – Caldas Brito”.

# SOBRE A EDUCAÇÃO

## I

### LINGUAGEM...

Nela sempre somos, nela moramos. A ela estamos ligados sem poder torná-la propriedade! Com nós ela pode, nós nem sempre podemos com ela.

Parece ter como posto e pressuposto sobre cada uma das individualidades e não se detém nos indivíduos. Ela constrói e destrói sem mostrar o quando e o como dessas acontecências.

Cada uma de suas criações tem uma dimensão própria. Sua dureza está em se tornar macia. Sua aparente maciez torna-se comumente dura. E ela continua sendo uma como referência, mas diversa quando essa referência começa ser expressa.

Ao se transformar constantemente não há nenhum momento que seja um estar dado. Sua maldição é ter que estar sempre em movimento sem sair do espaço e do tempo.

## II

### TRADIÇÃO...

Por ela somos envolvidos e sinalados. Nela fomos jogados, incapazes de chegar ao fundo de seu sentido, nem dela sair.

Convocados e amarrados não rigidamente, por ela embalados, num tom musical de vozes que já emudeceram. E a música convoca à dança, do presente com o passado.

Em nós, constantemente novas feições cria. O presente está nela e o que a ela foi, a nós retorna! Dialoga constantemente conosco e não nos abandona, naquilo que somos pelo que já fomos. Tudo é novo, ao ser tradição.

## III

### EDUCAÇÃO...

Pensa muito e medita constantemente, sem ser somente pensamento e meditação. Ela não pode ser imitada! Ela se dá na condição do vivido.

Os seres humanos são nela e ela é nos seres humanos. Quanto mais somos ela, mais somos nós. Antes de ser notada na vida, a vida já é nela. E esse jogo vai até o fim que é o seu fim que deixa de ter qualquer fim.

Até aquilo que ela não é, por ela é entendido. Ela não é tudo como não há todo sem ela. E o todo nela não pode ser dito. E no todo dito ela não está toda.

Somos o que somos porque com ela e por ela abandonamos o que fomos. E por que fomos é que podemos ser.

Somos o testamento encarnado de uma tradição sempre interpretada e reinterpretada. Quando a conhecemos, responsáveis pelo mundo nos tornamos.

*Adair Adams  
Fábio César Junges*

# SOMOS HERDEIROS DA HUMANIDADE

Nós, seres humanos, somos efeito de toda a história da humanidade; somos determinados por motivos de pensamento que nos vem através da história. Nós ocidentais, cristãos ou não, somos herdeiros do mundo greco-cristão. Se perguntássemos quais são os motivos para eu pensar assim como eu penso, uma primeira resposta é porque somos todos herdeiros desses modelos de pensamento.

A atualidade de cada época tem o luxo e o lixo da sua tradição. O passado se encontra nos nossos genes. Podemos fazer toda uma volta pelo nosso pensamento e veremos que este voa rapidamente para mais de dois mil anos atrás, carregando consigo o que foi falado nessa história. O laço mais forte que une as pessoas é, justamente, a riqueza das tradições, aquilo que foi pensado e vivido, apesar de que nenhum pensamento abarque a totalidade, uma vez que o impensado é um oceano do pensado. Metaforicamente, podemos dizer que somos como camelos: trabalhamos, andamos e não percebemos o que carregamos de precioso em nossas costas. Dentro de nós, em nossas costas, existe muito mais riqueza da tradição do que a consciência que

temos dela. Por isso, temos que sempre olhar para o passado para fazer o cumprimento do tempo presente. Portanto, no esforço para compreender o passado há uma possibilidade de uma compreensão mais ampla e profunda de nós mesmos.

Contudo, mesmo fazendo parte de uma mesma tradição, nós não somos iguais porque as várias organizações, tradições, costumes que passam pelos indivíduos são vividas de formas diferentes. Ao analisarmos as instituições as quais pertencemos torna possível identificar algo do que somos e como somos. Para compreender uma determinada pessoa, por exemplo, não podemos estudá-la individualmente. Qualquer indivíduo precisa ser compreendido a partir de sua linguagem, de sua cultura, da sua religião, dos seus costumes e da sua organização social, etc.

Neste sentido, o pensar enquanto tal só é possível enquanto hermenêutica. A hermenêutica é uma parte da filosofia e da teologia entendida como interpretação das formas de expressões da nossa existência em toda a sua diversidade e pluralidade. À hermenêu-

tica interessa justamente os pressupostos, o ponto de partida ou o fundamento do pensamento. Jesus, por exemplo, pergunta pelo fundamento dos Fariseus e dos Doutores da Lei. O fundamento são as subjetividades subjacentes aos nossos discursos. Assim, temos que nos esforçar para chegar a uma melhor compreensão de nós mesmos, uma vez que a riqueza da nossa condição e os pressupostos são os próprios seres humanos em sua organização de mundo por meio da linguagem, da política, dos hábitos, da música, da arte, da literatura e das ciências, entre outras.

Nesta perspectiva, somos um ser hermenêutico. Somos capazes de perguntar pelo nosso próprio ser, pelo sentido do ser. Nos colocamos como objeto de nós mesmos. Podemos analisar um ser humano que se autoanalisa. O humano tem a si mesmo como uma temática. Isso é a nossa diferença para com os objetos na natureza e para com os animais. O ser humano se posiciona sobre si mesmo, sobre o significado de sua vida. Esse posicionamento sobre si mesmo se dá no tempo. A tal ponto que, nas frases que expressamos cotidianamente, usamos de modo geral verbos como: é, foi, será. Compreendemos as coisas e a nós mesmos pelo ser que se dá no tempo. Em outras palavras, a riqueza do humano está em poder refletir sobre o sentido de seu próprio ser.

Essa reflexão do próprio ser se dá por meio da linguagem. Ela nos possibilita uma melhor relação conosco mesmos. A linguagem do ser humano é uma expressão daquilo que ele é como compreensão de si mesmo e uma possibilidade de colocar as coisas em ordem. Ao escrever, objetivando os sentimentos, as sensações, as intuições, etc., o ser humano tem condições de possibilidade de compreender-se a si mesmo e o mundo que o cerca. Neste sentido, o ser humano é intérprete de si mesmo, dos outros e do mundo.

Muitas coisas que sentimos, contudo, não conseguimos expressar linguisticamente. Normalmente, não conseguimos expressar nossa afetividade com palavras. Por exemplo, a primeira reação de uma criança quando nasce é o choro. Por um bom tempo os bebês ficam neste estágio de sentido em torno da mãe: tato, olhar, olfato, audição, paladar, enfim, acalento. Para o pensador Martin Heidegger, nesse processo todo existe uma tonalidade afetiva que carrega um oceano de afetividade. Tonalidade afetiva não é apenas emoção, é muito mais: envolvimento, lembranças, sentimentos, sensações. Mas mesmo que não conseguimos recuperar a vivência que tivemos enquanto tonalidade afetiva, podemos expressar a experiência ao escrever ou ao falar o que se passa em nossa vida.

# LAICIDADE OU LAICISMO

Nesta perspectiva, o pensador Wilhelm Dilthey afirmou que o estudo das ciências humanas envolve a interação de experiência pessoal, expressão do espírito, em gestos, palavras e arte. As ciências humanas apenas podem fazer compreender sem, contudo, elucidar um fato ou um objeto como um conhecimento definitivo. Por tudo isso, o que falamos e refletimos é sempre uma versão e jamais a totalidade ou a realidade em si. Pois não nos esgotamos em nossas ações e em nossos discursos. Há sempre algo histórico que não nos pertence, algo de nós herdado e que também deixaremos de herança para as gerações futuras.

*Adair Adams  
Fábio César Junges*

Questiona-se se a república e o exercício da cidadania não exigem, caso se queira enfraquecer fanatismos e despotismos, uma opinião pública ilustrada e tolerante. A instituição do cidadão republicano, na opinião de Condorcet (1945a; 1945c), deveria torná-lo menos intolerante para com a opinião dos outros, ao contrário do que poderia ocorrer nas circunstâncias de um despotismo político. Ainda que o autor não tenha usado em seus textos a palavra laicidade, termo que data da terceira República Francesa, ele se dedica a tratar do tema em seus vínculos com a república e a educação. É com o cultivo da tolerância e do laicismo que a cidadania favoreceria a independência do indivíduo, a igualdade, a liberdade e o bem-estar comum.

Condorcet postula que a instrução, ou, como é convencional em nosso tempo, a educação pública, uma das tarefas da república, é de responsabilidade da sociedade e do poder público e não deve associar o cultivo da moral, das artes e das ciências ao ensino catequético de uma doutrina religiosa ou ideológica. Pensado desse modo, o laicismo, estimulado entre os cidadãos nas instituições republica-

nas, garante na esfera pública o predomínio de um espírito público, ao invés de consagrar um espírito de facção, partido ou seita.

A educação advogada pelo autor é destinada ao povo em suas diferenças e prescinde de doutrinas indiscutíveis. As instituições da república, bem como o movimento do laicismo, não resultam de uma predisposição natural do homem. Isso ocorre, igualmente, com a democracia e a tolerância. Esses institutos correspondem a invenções sociais conquistadas ao longo da história humana. Garcia e Fensterseifer (2011) sugerem, igualmente, que sociedades democráticas e republicanas não brotam de uma suposta natureza humana; que elas não se imunizam, de modo absoluto, contra as insanidades, nem garantem o bom senso no presente e no futuro.

Acerca da origem etimológica do termo “laico”, Maamari (2005) explica que ele procede do grego “laos”, que significa povo, e que diz respeito a um regime político no qual nenhum indivíduo é discriminado em razão de suas orientações de vida, pois lhe está assegurada a liberdade de consciência diante de um Estado que pertença a todos (povo) e não somente a uma parte da população. A autora destaca outro sentido para a laicidade, de caráter mais estreito, implicando um combate contra todo clericalismo religioso. Esse en-

frentamento afirma a liberdade religiosa de cada cidadão, separando-se o Estado de qualquer religião estabelecida que pudesse ser politicamente privilegiada.

Se as revoluções Americana e Francesa instituíram novas configurações republicanas, democráticas e laicas, organizadas à luz do interesse geral e da justiça social, seu principal desafio foi conciliar simultaneamente a igualdade dos cidadãos e a máxima liberdade individual. Convicções religiosas ou ideológicas individuais não poderiam ser impostas a toda a população, ainda que socialmente majoritárias e com livre expressão no espaço público. Condorcet defendeu que as confissões religiosas não constituíssem motivos de grave discórdia entre os homens, ou motivo de privilégio e discriminação dos cidadãos, ou fundamento dogmático para qualquer norma de conduta de suposta aplicação universal.

O laicismo, percebido como incompatível com fanatismos, não é adversário de devotos por religiões ou ideologias enquanto estes não reivindicarem o domínio do espaço público. O laicismo reconhece, antes de tudo, que a república e a educação devem ser protegidas contra a intromissão de interesses sectários nas matérias em que relevam crenças e convicções individuais. Essas instituições devem ser mantidas em condições de inde-

pendência quanto a qualquer comunidade confessional.

A educação, por essa via, é um dos últimos lugares a pôr em evidência tudo aquilo que une os seres humanos, em lugar de dividi-los; ela não prescinde das diferenças, mas preocupa-se, isso sim, em afirmar essas diferenças de modo compatível com a liberdade reconhecida de deliberar por si mesmo sem estar sujeito a qualquer fidelidade de grupo.

Condorcet (1945b) assinala que a palavra despotismo deriva do grego e significa amo (mestre). Existe despotismo sempre que os homens tem um senhor, um amo, quer dizer, quando estão submetidos à vontade arbitrária de outros homens. O despotismo da minoria sobre o maior número é muito comum e teria como causa a facilidade que possui um pequeno número de indivíduos de reunir-se e empregar o montante de suas riquezas na compra de outras forças. Segundo o autor, se examinarmos a história dos países onde se há imaginado que existia o despotismo de um só homem, é altamente provável que se verá uma classe de homens ou vários corpos que compartilhem o poder com aquele que se acreditava único.

Existem duas classes de despotismo: de “fato” e “de direito”, ou, como prefere Condorcet (1945b): despotismo indireto e dire-

to. O despotismo direto tem lugar nos países em que os representantes dos cidadãos não exercem um direito de veto o suficientemente extenso, carecendo por outra parte de meios para fazer reformar as leis que encontrem contrárias à razão e à justiça. O despotismo indireto, por sua vez, existe desde que, em virtude da vontade da lei, a representação não é igual nem real, ou desde que se está sujeito a uma autoridade não estabelecida pela lei.

Condorcet (1945b) reparou que alguns escritores, de boa fé ou desejosos de pertencer ao grupo dominante, honraram com o título de liberdade uma anarquia produzida por discórdias entre os diversos poderes. Eles nomeavam, do mesmo modo, equilíbrio à espécie de inércia a que cada um desses poderes se encontrava submetido pela mútua resistência que se opunham. Esse esforço entre potências opostas transformaram em ponto de apoio a nação. O autor considerava ser mais fácil livrar uma nação do despotismo direto que do indireto, uma vez que o primeiro seria evidente a toda a nação, enquanto que o segundo poderia esconder da nação os motivos de seu próprio sofrimento, chegando-se com frequência a considerar como protetores os opressores da nação.

Quanto à denúncia de que a primeira República Francesa teria destruído a religião,

Condorcet (1945c) afirmou que, pelo contrário, o que ocorreu foi favorável à religião na medida em que reformou seus abusos temporais, que transformavam seus ministros em objeto de escândalos e desprezo, e porque a religião deveria servir à consolação dos povos e não constituir um instrumento de tirania entre as mãos de hipócritas.

Em resumo: o espírito público (laicismo) não equivale a uma opinião entre tantas outras. Ele constitui a própria garantia de que todas as opiniões possam ser manifestadas e discutidas na esfera pública, exceto se buscarem (re)estabelecer despotismos ou cultivar fanatismos políticos e religiosos.

### Referências

CONDORCET. Cartas de un burgués de Nuevo Hampshire a un ciudadano de Virginia sobre la inutilidade de dividir el Poder Legislativo entre vários cuerpos (1787). Tradução de Tomás Ruiz Ibarlucea. Buenos Aires: Elevación, 1945a.

CONDORCET. Ideas sobre el despotismo (1789). Tradução de Tomás Ruiz Ibarlucea. Buenos Aires: Elevación, 1945b.

CONDORCET. Influencia de la revolución de América sobre Europa. Tradução de Tomás Ruiz Ibarlucea. Buenos Aires: Elevación, 1945c.

GARCIA, Claudio Boeira; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Diálogo na política e na educação republicana. In: Revista Diálogo, n. 19. Canoas: Unilasalle, 2011.

MAAMARI, Adriana Mattar. A filosofia e o seu ensino na perspectiva da modernidade e da laicidade. In: Filosofia e ensino: a filosofia na escola. Ijuí: Unijuí, 2005.

### Indicações de leitura

GALDINO, Elza. Estado sem Deus: a obrigação da laicidade na Constituição. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 71-72.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. Direito, Estado e religião: a Constituinte de 1987/1988 e a (re)construção da identidade religiosa do sujeito constitucional brasileiro. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

SARMENTO, Daniel. O crucifixo nos Tribunais e a laicidade do Estado. In: LOREA, Roberto Arruda (org.). Em defesa das liberdades laicas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008;

WEINGARTNER, Jayme. Liberdade religiosa na Constituição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.